

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Baptista Júnior ofereceu voo turbulento a Bolsonaro

## Nada de céu de brigadeiro

No jargão aeronáutico, costuma-se dizer que um céu azul, limpo e sem nuvens é um “céu de brigadeiro”. Ao depor na quarta-feira (21) como testemunha de acusação na ação penal por tentativa de golpe que a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julga, porém, Carlos de Almeida Baptista Júnior, ex-comandante da Aeronáutica, dispensou com-

pletamente o céu de brigadeiro. Pelo menos para os voos futuros do ex-presidente Jair Bolsonaro, ele acrescentou nuvens pesadas no caminho. Depois da expectativa de uma versão mais amena do golpe após o depoimento do general Freire Gomes, ex-comandante do Exército, um dia antes, o brigadeiro entregou para Bolsonaro a possibilidade de um voo turbulento.

## Ameno

O tom ameno de Freire Gomes na véspera gerou certa apreensão entre os acusadores e alívio para os defensores. Embora tenha confirmado o principal, o general parecia dar força à versão de Bolsonaro, de que tudo o que fez foi discutir eventuais hipóteses constitucionais.

## Golpe

Nada disso. Baptista Júnior afirma que ficou claro que Bolsonaro cogitava intervenção militar para anular as eleições. Mais: disse que, de fato, Freire Gomes ameaçou o ex-presidente com a possibilidade de prisão. E que se pensou até prender Alexandre de Moraes.



Alan Santos/PR

Versão amena de Freire Gomes não sobreviveu um dia

## Lição de advogado: “O dia do todo é a véspera do nada”

Um experiente advogado que acompanha bem de perto o processo na Primeira Turma do STF lembrou ao Correio Político uma frase que sempre dizia a seus alunos dos primeiros anos do curso de Direito: “O dia do todo é a véspera do nada”. Quem imaginou que o depoimento de Freire Gomes poderia garantir uma ver-

são mais edulcorada da narrativa do golpe nada entende das nuances de um processo penal. Tais julgamentos o tempo todo avançam e recuam, dependendo do perfil das testemunhas. Na essência, diz ele, o general confirmou as acusações e os fatos narrados pelo procurador-geral da República, Paulo Gonet.

## Fragilidades

O que pode haver são fragilidades na denúncia que consigam livrar um ou outro, ao amenizar certas situações. Como aconteceu na terça-feira quando dois dos acusados no núcleo militar escaparam de virar réus. Problema na peça de Gonet? Não necessariamente.

## Gonet

Esse advogado lembra que Gonet, como procurador, sempre atuou mais em peças de Direito Constitucional. Não é alguém forjado no Direito Penal. Isso faz com que, em alguns momentos, possa deixar brechas que um defensor mais experiente poderá explorar.

## Oportunidade

Nesse sentido, os defensores talvez tenham perdido a oportunidade de aproveitar melhor o depoimento mais ameno de Freire Gomes. Até porque, diante do testemunho na quarta de Baptista Júnior, a chance passou. No momento, a tese acusatória voltou para os trilhos.

## Surpresa

Aí, esse advogado solta outra lição para os alunos iniciantes de Direito: “Deus me livre de uma testemunha que eu não sei o que irá dizer”. Talvez isso tenha acontecido no depoimento de Freire Gomes. Surpresos com um general mais ameno, deixaram a chance passar.

## CCJ do Senado aprova fim da reeleição no Executivo

Proposta também amplia o mandato de quatro para cinco anos

Geraldo Magela/Agência Senado

Por Karoline Cavalcante

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (21), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 12/2022), que propõe mudanças significativas no sistema político-eleitoral brasileiro. O texto elimina a possibilidade de reeleição para cargos do Executivo — presidente da República, governadores e prefeitos — mesmo que o ocupante se afaste do cargo meses antes da eleição. Em contrapartida, o mandato atual de quatro anos será ampliado para cinco.

O texto é um substitutivo apresentado pelo relator, senador Marcelo Castro (MDB-PI), baseado na proposta original de Jorge Kajuru (PSB-GO). Após a análise na CCJ, a matéria segue agora para o plenário, com pedido de urgência. Caso aprovado, o texto ainda precisará passar pela Câmara dos Deputados.

## Unificado

A proposta também unifica o calendário eleitoral. A partir de 2034, todas as eleições municipais, estaduais e federais ocorrerão simultaneamente, a cada cinco anos. De acordo com o relator, a medida visa reduzir os custos com a organização dos pleitos, otimizar o uso dos recursos públicos e facilitar o processo para eleitores e candidatos, evitando o atual ciclo bienal de eleições.

Além de extinguir a reeleição no Executivo, a PEC também modifica os mandatos parlamentares. Senadores,



Castro estabelece mandatos de cinco anos, sem reeleição

deputados federais, estaduais e vereadores passarão a ter mandatos de cinco anos. No caso do Senado, isso representa uma redução — atualmente, o cargo é exercido por oito anos.

O tema gerou divergências durante a análise. O relatório de Castro inicialmente propunha o aumento do mandato no Senado para dez anos. No entanto, o senador Carlos Portinho (PL-RJ) apresentou uma emenda propondo a redução para cinco anos, em alinhamento com os demais cargos. Embora o relator tenha defendido o conceito de alternância de poder se aplica principalmente ao Executivo, ele reconheceu a formação de maioria favorável à emenda e decidiu acatar a mudança.

“A única coisa que mudou

no meu relatório foi em relação ao mandato de senadores que estava com dez anos. Eu estava seguindo um padrão internacional, já que o mandato de senador sempre é mais extenso do que o mandato de deputado. Mas senti que a CCJ estava formando maioria para mandatos de cinco anos, então me rendi a isso”, explicou Marcelo Castro.

A proposta também altera a dinâmica das eleições para o Senado. Atualmente, a renovação das cadeiras ocorre de forma alternada, com dois terços dos senadores sendo eleitos em uma eleição e um terço na seguinte. A partir de 2039, todas as 81 vagas serão disputadas simultaneamente.

## Transição

Além disso, a proposta esta-

belece um período de transição para a implementação do fim da reeleição. Nas eleições de 2026, as regras permanecem as mesmas. Em 2028, prefeitos que buscarem a reeleição poderão fazê-lo uma última vez, com os mandatos seguintes sendo estendidos para seis anos, alinhando-se ao calendário de 2034, quando todas as eleições serão simultâneas.

Para os governadores, a última chance de reeleição será em 2030, com os novos mandatos passando a ser de cinco anos a partir de 2034.

No caso de prefeitos e vereadores, a transição será diferente: os eleitos em 2028 terão mandatos de seis anos, enquanto, a partir de 2034, esses cargos também terão duração de cinco anos.

## CPMI do INSS deve ser instalada na próxima semana

Por Gabriela Gallo

O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), irá ler o requerimento que solicita a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para investigar as fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) na próxima sessão conjunta do Congresso Nacional, agendada para a próxima terça-feira (27). Ao ler o requerimento, Alcolumbre instalará oficialmente a comissão.

A informação foi anunciada pela deputada federal Coronel Fernanda (PL-MT) no plenário da Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (21) e pelo senador Rogério Marinho (PL-RN) no Senado ao lado do próprio Alcolumbre, que não negou a declaração.

O pedido que pede a criação do colegiado para investigar o esquema de descontos ilegais de aposentados e pensionistas do INSS conta com a assinatura de 277 parlamentares do Congresso, sendo 236 assinaturas de deputados federais e 41 senadores, alcançando a maioria da Casa.

Dentre as assinaturas dos senadores, está o ex-líder do PT no Senado senador Fabiano Contarato (ES). O parlamentar contraria o posicionamento do Palácio do Planalto que, até o fechamento desta reportagem, busca adiar a instalação da CPMI o máximo possível.

## Consciência

Em entrevista ao UOL, o



Andressa Anholete/Agência Senado

Lido o pedido por Alcolumbre, CPMI será instalada

senador disse que não pensa em retirar o apoio ao projeto. “Eu tenho a minha consciência muito tranquila, a plena convicção do que eu fiz, e não cogito a hipótese de retirar a assinatura”, declarou Contarato.

O senador, contudo, não foi o primeiro aliado do governo a considerar a instalação da comissão. Anteriormente, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP), já havia declarado que, com a então instalação do colegiado, o governo tentaria emplacar parlamentares da base do governo na presidência da comissão e na relatoria do projeto. Por enquanto, a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) é cotada pelo governo para ser a relatora da CPMI.

Com a CPMI, o governo deve tentar mudar a narrativa do caso e jogar a culpa da crise no INSS na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — já que, segundo a apuração da Polícia Federal (PF), o esquema ocorreu entre 2019 e 2024. Na mesma linha (apesar de atualmente ser uma bancada independente), a bancada do PDT no Congresso informou que apoiará a instalação da CPMI, desde que ela também investigue as irregularidades cometidas durante a presidência de Jair Bolsonaro.

Segundo o próprio INSS, em uma semana, 1,8 milhão de aposentados e pensionistas recorreram ao instituto afirmando que declararam terem sido vítimas de descontos irre-

gulares de seus benefícios previdenciários. Os números foram coletados até as 17h desta quarta-feira (21). As denúncias dos beneficiários foram registradas através do aplicativo “Meu INSS” e pela “Central de Atendimento 135”.

## Anistia

Enquanto o Congresso discute a instalação de uma comissão solicitada pela oposição ao governo federal, a oposição na Câmara dos Deputados segue nas articulações para conseguir pautar o projeto que concede anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023. Durante a reunião de líderes da Câmara nesta terça-feira (20), o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), alertou aos líderes da oposição que não daria aval ao projeto porque o projeto pode ser considerado como inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF) — portanto, segundo o presidente, não há sentido em discutir aprovar uma medida que venha a ser barrada pelo Judiciário posteriormente.

Líderes presentes na reunião interpretaram que a manifestação de Motta reitera que os parlamentares precisam construir um texto em acordo com a Suprema Corte. Mesmo com o posicionamento de Motta, a anistia aos envolvidos em 8 de janeiro divide parlamentares, embora a maioria defenda penas menores para quem não participou diretamente.